

FUTEBOL COMO LINGUAGEM:
UMA TEORIA DA TRADUÇÃO ENTRE CULTURAS

Christian L M Schwartz¹

Resumo

O presente trabalho é a síntese de um projeto de doutorado atualmente em desenvolvimento, sob orientação do professor Hilário Franco Júnior, no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). Iniciada no semestre passado, a pesquisa pretende, num primeiro momento, traçar as linhas gerais de uma teoria que, na confluência de história, cultura e linguagem, fale do ponto de vista do tradutor brasileiro. A tradução como atividade humana, apesar do interesse acadêmico que tem despertado nas últimas décadas, carece de tal abordagem teórica.

A originalidade do projeto – se posso aqui incorrer em alguma pretensão – está ainda na idéia de se voltar ao futebol, uma atividade inusitada de linguagem, e na qual nós, brasileiros, logramos êxito e reconhecimento internacional, como estudo de caso em tradução, e a seus participantes como tradutores.

A hipótese que nos guia é a de que, uma vez compreendidos elementos básicos de uma identidade cultural, de uma língua ou de um “estilo” nacional, seria possível investigar qualquer atividade de linguagem como ato tradutório entre essa identidade (ou língua ou “estilo”) e outra(o), avançando o entendimento daquilo que, talvez hoje mais do que nunca, é absolutamente corriqueiro e inevitável: o contato entre culturas.

Daí o estudo detalhado, nesse segundo momento, de nossa “língua materna”, ou seja, o estilo brasileiro de jogar, a partir da história da Seleção nacional e dos momentos que propiciaram a criação do mito do melhor futebol do mundo, tendo-se em conta as velocidades da história e a “longa duração”, na definição de Braudel.

¹ Formado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado nas universidades Central England (Reino Unido) e Sorbonne (França), foi repórter da revista Veja e da rádio CBN, entre outros veículos. É mestre em Estudos Literários pela UFPR e doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP), além de professor de Língua e Literatura na Universidade Positivo (Curitiba-PR) e tradutor do inglês para o português de obras de ficção e não-ficção.

0106 - Christian Luiz Melim Schwartz

Parece claro que a atividade do tradutor ultrapassa os limites da(s) língua(s) – melhor seria, sempre, dizer linguagem(ns) – e adentra os domínios da(s) cultura(s), conforme a reflexão de Basnett: “A língua está mergulhada na cultura, os atos lingüísticos se dão num contexto e os textos são criados num *continuum*, e não no vácuo. Um escritor é produto de uma época e de um contexto particulares, da mesma forma que um tradutor é produto de outra época e de outro contexto” (2007, p.23).

A mesma autora complementa:

[...] a tradução oferece o “laboratório” ideal para o estudo da interação entre culturas, uma vez que a comparação entre o original e o texto traduzido não apenas mostra as estratégias empregadas pelo tradutor em dado momento, como revela também o *status* de cada um dos dois textos nos diversos sistemas literários. Mais do que isso, expõe a relação entre os dois sistemas culturais nos quais os textos se inserem. (2007, p.19)

Este trabalho introduz uma terceira variável em seu desenvolvimento teórico, a história, cuja relação com os estudos da tradução merece explicação à parte – embora talvez já esteja clara, a essa altura do desenvolvimento da “ciência” chamada historiografia, a proximidade entre cultura e história. Mas vale a pena, como confirmação, conhecer a opinião de um historiador sobre nosso tema: “Se o passado é um país estrangeiro, conseqüentemente, o mais monoglota dos historiadores é um tradutor. Os historiadores fazem a mediação entre o passado e o presente, e enfrentam os mesmos dilemas de outros tradutores, servindo a dois senhores quando tentam facilitar o entendimento dos leitores e, ao mesmo tempo, se manter fiéis ao original” (Burke, 2007, p.7).

Além disso, e formando o par perfeito com a afirmação acima, do britânico Peter Burke, a própria teoria da tradução se volta, atualmente, ao estudo da história dessa atividade tão antiga quanto as culturas: “[...] podemos perfeitamente estar iniciando um período de gestação no qual a disciplina [dos estudos da tradução] passe a buscar um entendimento de si própria voltando-se à história”, afirmam os organizadores de *A Companion to Translation Studies*, na introdução ao volume (p.5). E completam com o tipo de historiografia a que, espera-se, passarão a se dedicar os teóricos/historiadores da tradução: “uma história sócio-cultural do tradutor”.

Voltando aos elementos anteriormente citados, presentes na atividade do tradutor, Hilário Franco Júnior é categórico ao afirmar, em *A Dança dos Deuses*: “O futebol é, sem dúvida, *linguagem*” (2007, p.349, grifo nosso). E mais adiante, no

0106 - Christian Luiz Melim Schwartz

mesmo estudo sobre futebol, cultura e sociedade: “A constatação é fácil de ser feita e freqüentemente repetida: o futebol é o *fenômeno cultural* mais difundido no mundo hoje” (p.393, grifo nosso). Por fim, o jornalista José Geraldo Couto dá a pista, em artigo no caderno de esportes do jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a *dimensão histórica* do mundo da bola: “Os historiadores do futuro se dedicarão, assombrados, a desvendar os paradoxos dessa prática ao mesmo tempo física, bruta, e de desdobramentos imaginários tão sutis”.

Mas, vale dizer, foi outro momento do citado *A Dança dos Deuses* o que primeiro inspirou a pesquisa ora em andamento. Diz o autor: “Seria interessante, porém não cabe nos limites deste livro, tentar verificar a relação entre a língua de um povo e sua maneira de jogar futebol” (Franco Júnior, 2007, pp.375-376).

A analogia pretendida envolve, portanto, línguas e estilos de jogo – ambos como índices de nacionalidade. Daí a dedução de que, quando se encontram duas ou mais línguas, dois ou mais estilos – situação muito comum nos torneios internacionais de seleções, mas pode-se também pensar nos grandes clubes europeus, em que coabitam indivíduos de diversas procedências nacionais –, ali aconteceria um processo de tradução.

Há um problema que se coloca de imediato: nada que se pretenda índice de determinada nacionalidade é imutável ou um dado da natureza – nem a “língua de um povo”, nas palavras de Hilário Franco Júnior, nem a própria idéia de povo são exatamente apreensíveis, a não ser por um processo de construção. Em última análise, aquilo a que damos o nome de nação é, igualmente, pura convenção – puro mito.

Também é um mal-entendido a idéia de que os diferentes idiomas correspondem, e desde sempre corresponderam, à divisão do globo por países – uma noção recente, limitada (em vista da imensa quantidade de línguas de fato existentes) e, sobretudo, artificial, conforme observa Calvet:

Há na superfície do globo entre 4.000 e 5.000 línguas diferentes e cerca de 150 países. Um cálculo simples nos mostra que haveria teoricamente cerca de 30 línguas por país. Como a realidade não é sistemática a esse ponto (alguns países têm menos línguas, outros, muitas mais), torna-se evidente que o mundo é plurilíngüe em cada um de seus pontos e que as comunidades

lingüísticas se costeiam, se superpõem continuamente. O plurilingüismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngüe, ou em situação de aquisição) ou a comunidade. (2002, p.35)

A única certeza a respeito das línguas é a imensa variedade presente no interior de cada uma delas, tornando difícil circunscrever determinado idioma aos limites de um território nacional e à população ali residente, ela própria necessariamente heterogênea em diversos outros sentidos (etnia, classe, faixa etária etc.). Em entrevista ao autor deste ensaio, o lingüista Carlos Alberto Faraco, para quem, no Brasil, “vivemos no imaginário da língua comum”, iludidos pelo “discurso celebratório de que somos um milagre lingüístico porque, num imenso território, falamos uma só língua e nos entendemos perfeitamente em todos os rincões do país” (quando, na verdade, há mais de 200 línguas vivas em uso por brasileiros), o perigo da “explosão ufanista” em torno desse mito de nacionalidade é claríssimo:

Não há, salvo talvez a exceção da Islândia, um país inteiramente homogêneo étnica e lingüisticamente. Assim, não há como delimitar a identidade nacional pela língua. A ideologia do “um povo – uma língua – uma nação – um Estado” foi criação do século 18 no contexto dos estados alemães (essa ideologia expressava o desejo de unificação destes estados num só país); e da Revolução Francesa (que assumiu explicitamente que a diversidade lingüística da França devia ser aniquilada). Essa ideologia atravessou o pensamento político dos séculos 19 e 20, motivou guerras e genocídios, encurtou a cidadania de determinados grupos no interior de um país, estimulou a glotofonia (expressão criada por Antônio Houaiss para descrever o silenciamento das línguas frente àquela tornada oficial pelo estado), etc. O saldo da vigência dessa ideologia é, portanto, extremamente negativo. (Schwartz, 2010)

Resulta que o fato de ter-se o português – e repare-se: não o mesmo de Portugal – como índice da nacionalidade brasileira é algo construído historicamente. O “estilo brasileiro de jogar”, essa nossa “língua materna” no futebol, também. E é possível, olhando mais detidamente para as origens e a história da construção desse mito, identificá-lo como tal – para, mais tarde, refletirmos sobre o quão introjetado ele se tornou a ponto de os brasileiros o aceitarmos como parte do nosso “jeito de ser”, assim como deve soar estranha a qualquer um nascido e criado no Brasil a constatação anterior, de que falamos, sim, muitas outras línguas além do bom e velho português, que por sua vez está longe de constituir um bloco homogêneo.

No caso da Seleção Brasileira, basta que se reproduza um relato bem conhecido sobre a Copa de 1958 para confirmar o caráter mítico do estilo vistoso e “artístico” que seria mais uma das marcas inconfundíveis da nossa nacionalidade. Trata-se de célebre testemunho do repórter Ney Bianchi, da *Manchete Esportiva*:

“Garrincha escora a bola com o peito do pé: 20 segundos. Kuznetsov parte sobre ele. Garrincha faz que vai para a esquerda, não vai, sai pela direita. Kuznetsov cai e fica sendo o primeiro João da Copa do Mundo: 25 segundos. Garrincha dá outro drible em Kuznetsov: 27 segundos. Mais outro: 30 segundos. Outro. Todo o estádio levanta-se.” (Bianchi *in* Castro, 1995, p.164)

O relato segue descrevendo mais dribles e três russos com nomes impronunciáveis – para Garrincha, apenas “Joões”, como ele chamava seus marcadores – “esparrramados no chão”, um deles “com o assento empinado para o céu”; depois, o estádio que “estoura de riso” e duas bolas na trave – uma do próprio Garrincha, outra de Pelé – antes de um minuto de jogo. Conclui: “E a explosão vem com o gol de Vavá, exatamente aos três minutos”.

O que temos, aqui, é claramente a representação de um *evento* (nunca o próprio, inapreensível a essa altura, como é óbvio) – a estréia simultânea de Pelé e Garrincha em Copas, em Gotemburgo, na Suécia, numa tarde amena do verão de 1958. É Le Goff quem esclarece a função do evento e, para além dele, de duas outras velocidades da história, segundo outro célebre historiador francês, Braudel.

Fernand Braudel, [...] num artigo fundamental sobre a “longa duração”, [...] propõe ao historiador a distinção de três velocidades históricas, as do “tempo individual”, do “tempo social” e do “tempo geográfico” – tempo rápido e agitado do *événementiel* e do político, tempo intermediário dos ciclos econômicos ritmando a evolução das sociedades, tempo muito lento, “quase imóvel”, das estruturas. (Le Goff, 1990, p. 57)

Ainda no “tempo individual” ou *événementiel* de Braudel, a própria Copa de 1958, tendo a Seleção como seu protagonista, se destaca como evento pelos seguintes dados: o primeiro 0 X 0 da história das Copas, no segundo jogo, Brasil e Inglaterra; Brasil 2 X União Soviética 0, o jogo já nosso conhecido, espécie de “evento dentro do evento” – aliás, curiosamente, com o maior público daquela Copa (50 928 pagantes contra 49 737 na final); o maior placar em semifinal de todas as Copas até então, jamais igualado até hoje, Brasil 5 X França 2; o maior placar em uma final, igualmente, na história das Copas, Brasil 5 X Suécia 2; e, ainda, o maior número de gols marcados pelo campeão na partida decisiva em todos os certames mundiais já realizados.

O “tempo social” ou intermediário, pode-se dizer das *conjunturas*, ainda conforme Braudel, pode aqui ser associado à chamada Era de Ouro da Seleção, que se inicia justamente naquele 1958 e segue até 1970. Foi um período em que o Brasil, pela

0106 - Christian Luiz Melim Schwartz

constância com que protagonizou eventos no mundo da bola, criou os contornos de um período histórico. Até então, jamais uma seleção formada por jogadores brancos e negros conquistara uma Copa; jamais uma seleção ganhara a Copa fora de seu continente; jamais uma seleção vencera três vezes e em apenas quatro Copas consecutivas disputadas; e, finalmente, jamais o fizera apresentando um futebol tão diferente do dos europeus.

Estaria aí, nessa conjuntura, e em especial no evento que pela primeira vez proporcionou a entrada em campo de Pelé e Garrincha num campeonato mundial, a origem do mito, sua causa, seu começo?

Antes, é preciso se perguntar, com Marc Bloch: haveria uma causa? Haveria um começo? Bloch, primeiramente, faz a distinção: “[...] entre os dois sentidos freqüentemente se constitui uma contaminação tão temível que não é em geral muito claramente sentida. Para o vocabulário corrente, as origens são um começo que explica. Pior ainda: que basta para explicar. Aí mora a ambigüidade; aí mora o perigo”, alerta (2002, pp.56-7) – e o perigo, ainda segundo Bloch, é “confundir uma filiação com uma explicação”.

Há certamente uma história – melhor, muitas histórias – que é anterior a 1958: 1950, Mundial do Brasil. Entre um evento e outro gestou-se a conjuntura vitoriosa que consolidou o mito. Em casa, oito anos antes da consagração na Suécia, mais do que um campeonato do mundo, buscávamos justamente afirmação como povo – “um lugar entre as nações”, conforme a expressão de Arno Vogel no artigo “O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional”. “A arte brasileira tinha se manifestado aos olhos do mundo. De todos, os mais extasiados, no entanto, eram os próprios brasileiros”, escreve Vogel (1982, p.87), comentando o deslumbramento que precedeu a queda. “Ficassem os outros com suas pinacotecas e teatros, nós tínhamos a nossa Seleção. Seus recitais nada ficavam a dever aos grandes compositores e instrumentistas.”

Foi quando sobreveio a conhecida tragédia: diante de 200.000 pessoas, segundo cálculos da época, o time brasileiro perdeu a final. Os uruguaio foram os algozes. Um golpe tremendo, marcante em se tratando de um evento considerado, então, decisivo na representação que fazíamos de nós mesmos, conforme observa José Miguel Wisnik, recorrendo ao clássico *Anatomia de uma tragédia*, de Paulo Perdigão:

[...] “as quase 200 mil pessoas que lotaram o Maracanã na tarde de 16 de julho constituíam uma espécie de quintessência do *homo brasiliensis* em seus fundamentos histórico-antropológicos” [Perdigão], medusados pela encarnação do futebol no destino do país, vendo fixar-se numa lutuosa alegoria ao vivo e desenhar-se sobre o campo, como num implacável lance de búzios, a imagem terrível da sua inviabilidade e o espectro de “uma desesperança quanto à efetivação de qualquer projeto coletivo” [idem].

Para que se entendam as dimensões trágicas de que se investiu o fracasso, ultrapassando em muito a ocorrência de uma derrota no esporte, é decisivo saber, antes de mais nada, que a narrativa desenhada pela Copa expôs e maximizou, com a crueldade dos deuses, a própria oscilação vertiginosa entre a potência e a impotência, entre os vãos do imaginário e sua súbita reversão ao real. (Wisnik, 2008, pp.248-249)

A “narrativa desenhada pela Copa”, na expressão de Wisnik, se refere a vitórias acachapantes (“vãos do imaginário”), notadamente sobre suecos (7 a 1) e espanhóis (6 a 1), antes da queda na final (“súbita reversão ao real”). Vogel resume o sentimento de verdadeiro luto que tomou conta do país: “Existem derrotas das quais a gente pode se orgulhar. Esta não. Tinha sido vergonhosa, amarga, sem glória – uma humilhante e atroz derrota. A derrota de todas as derrotas” (1982, p.93).

Mas, em se tratando de mito, é o “tempo geográfico” ou lento preconizado por Fernand Braudel, o tempo das *estruturas*, o que particularmente nos interessa. De volta a Le Goff (1990), é também o momento de afirmar a importância do mito para a história como “ciência”: “[...] nas perspectivas da nova problemática histórica, o mito não só é objeto da história, mas prolonga em direção às origens o tempo da história, enriquece os métodos do historiador e alimenta um novo nível da história, a história lenta”.

“Quanto a ‘mito’ aplicado ao futebol, a questão é complexa. Há mitos épicos, que se referem a vitórias de muita superação (como o Uruguai de 1950 ou a Alemanha de 1954) ou muita classe (como o Brasil de 1958 e 1970). Inversamente, há mitos trágicos, como as derrotas brasileira de 1950 e húngara de 1954”, observa – em depoimento inédito ao autor deste texto – o historiador Hilário Franco Júnior, enumerando alguns dos grandes momentos das Copas e lembrando dois detalhes que costumam ser desprezados.

O primeiro é que, além de derrotados algumas vezes, nem sempre fomos protagonistas na história dos Mundiais – e tais “reversões ao real”, para retomar a expressão utilizada há pouco por Wisnik sobre o certame de 50, como veremos, têm

0106 - Christian Luiz Melim Schwartz

papel fundamental como eventos (mesmo que a quebrar o ritmo de alguma conjuntura) para que se (re)defina o mito na história lenta: só haverá a vitória de “muita superação” ou “muita classe”, nas palavras de Franco Júnior, se antes tiver havido a derrota humilhante ou vergonhosa.

O segundo detalhe, por óbvio, passa ainda mais despercebido: note-se que o mesmo evento – fiquemos com a final de 1950 – é mito “trágico” para os brasileiros, mas “épico” para os uruguaiois, assim como acontece com Hungria e Alemanha em 1954, conforme novamente os exemplos de Franco Júnior, entre tantos outros possíveis.

Olhando intuitivamente além do evento vitorioso de 1958, nosso capitão na Suécia, Bellini, falava do peso simbólico da taça que lhe coube receber: “Ao subir no pódio com a pequena Jules Rimet bem presa nas minhas mãos, eu lembrava dos homens que batalharam por ela sem sucesso desde 1930. (...) A Jules Rimet que eu levantei tinha dezenas de toneladas. Talvez por isso eu só conseguisse erguer com as duas mãos, esticando os braços” (Máximo & Kaz, 2006). A história do mito começa, portanto, muito antes da glória na Suécia ou da ruína no Maracanã contra os uruguaiois – note-se o plural indefinido, universal, usado por Bellini ao se referir aos “homens que batalharam [...] sem sucesso desde 1930”.

Pelo depoimento do jogador, que aliás acompanhava o sentimento geral do brasileiro da época, imagina-se que o fator fundamental na criação e manutenção do mito de que falamos aqui é essa espécie de dialética que se estabelece entre vitória e derrota. E não apenas individualmente, como eventos.

Depois da Era de Ouro, 1958-1970 – balizada claramente pelo fiasco de 1966, seguido da redenção de 1970 – tivemos o famoso interregno de 24 anos sem títulos mundiais, embora com participações ainda acima da média naquelas Copas: um quarto lugar em 1974, na Alemanha, um terceiro em 1978, na Argentina, uma geração que encantou o mundo em 1982, na Espanha, e não deixou de jogar um bom futebol em 1986, no México, para enfim chegarmos à, esta sim, amarga desclassificação contra a Argentina em 1990.

Pode-se dizer que aqui se encontra uma conjuntura de “derrota” e, desta vez, baixa auto-estima – a conhecida gangorra em que se equilibra a Seleção e, por que não,

0106 - Christian Luiz Melim Schwartz

a própria representação que se costuma fazer do brasileiro como povo. Mesmo que em tal conjuntura se revelem, também, lampejos de um outro sentimento, o outro lado do mito, também nosso conhecido – apesar de tudo, continuávamos a ser os melhores pelo “talento ímpar” dos nossos craques, vale dizer, pelo estilo vistoso e “artístico” que, fôssemos vitoriosos ou não, ditava nossa maneira de jogar desde, pelo menos, Leônidas, passando por Garrincha e Pelé, até chegar às gerações de 70 e 82. Era como a língua com que nos expressávamos ao mundo, nossa cultura primeira, a identidade que forjávamos na história – como qualquer grande império com suas guerras e heróis decaídos ou consagrados.

Dessa perspectiva, a seleção derrotada em 1982 seria um dos pontos altos do mito do melhor futebol do mundo – ainda que se preferisse ter ganho aquela Copa em outro estilo, em vez de perdê-la em grande estilo, como aconteceu. E, a propósito, é interessante notar como a conjuntura que, aparentemente sem ter se concluído, se desenha atualmente – vitórias em 1994 e 2002, vice em 1998 e nova decepção em 2006, com sabor parecido ao das experimentadas em 86 e 90, na conjuntura anterior – exacerba a dialética vitória/derrota. Desde 1994 a opção preferencial, na Seleção, parece ser a de esquemas e figuras símbolos de “eficiência” (Dunga, como jogador e depois técnico; os sólidos setores defensivos, de retaguarda e meio-campo, do time que deve ir à África do Sul; filosofias de jogo assemelhadas com Parreira, Zagallo, Felipão).

Num passeio rápido pelas velocidades da história de Braudel, pode-se, pois, refazer o trajeto que nos trouxe à idéia tão entranhada, hoje, de que o futebol é nossa “segunda língua” e de que a cultura da bola é quase que um prolongamento da cultura brasileira. Mas esse passar em revista dos eventos e conjunturas que na “longa duração” construíram o mito do melhor futebol do mundo, ainda que esclarecedor, não explica ainda satisfatoriamente a simples sensação, imediatamente reconhecível, de pertencimento a uma nacionalidade – aquela que experimenta qualquer brasileiro que, no metrô ou em algum restaurante de uma grande metrópole estrangeira, de repente ouvisse um grupo de conterrâneos a prostrar em português.

Retomemos uma das três variáveis fundamentais em jogo aqui: além de linguagem e história, cultura. Afirmo Stubbs:

A cultura [segundo Bernstein] é vista como um sistema de significados no nível mais profundo: tendências sistemáticas na seleção de significados. Ele não está falando simplesmente de variedades de língua, mas de princípios de organização semiótica. Esses princípios são códigos: e códigos transmitem cultura. (in Bagno, Stubbs & Gagné, 2002, p.114)

Não se quer, com apenas a citação acima (ela própria uma paráfrase, diga-se), dar conta do complexo conceito de cultura. Mas o que o inglês Stubbs, sintomaticamente um lingüista, quer dizer é que, num certo nível, não se pode mesmo escolher o modo como vemos e expressamos o mundo, submetidos que estamos a esse “sistema de significados” mais profundo – a cultura à qual estamos ligados por nascimento e criação. E, como vimos no início do texto, a própria língua está mergulhada em cultura.

Voltando ao cerne da questão: até que ponto seria possível, então, delinear algo como uma língua nacional (e, conseqüentemente, via cultura, um estilo de jogar)? Não é pretensão deste artigo responder taxativamente à pergunta: a reflexão que se segue traz, aliás, outras interrogações – é mais um pensar em voz alta que nos servirá a algumas considerações finais. A elas.

Claro, a língua que se fala é quase sempre uma imposição – entre muitas variedades, e até mesmo entre outras línguas ou dialetos possíveis. E não falo apenas de uma força maior – como a dos Estados totalitários que provocaram verdadeiros massacres lingüístico-culturais, fato muito bem observado por Faraco anteriormente – ou de uma elite, vamos dizer, que imponha a “sua” língua. Isso acontece muito, evidentemente. Mas – para além da imposição violenta e, por outro lado, em que pese a variedade lingüístico-cultural de norte a sul do país – quem nasce e cresce no Brasil não estaria sujeito a um certo “substrato” de língua nacional, assim como se poderia, talvez, falar em “traços comuns”, marcantes, de uma cultura nacional?

Sim, a idéia do “jeitinho brasileiro” pode até ser uma construção. Mas é a esse conceito, por construído que seja, que recorreremos para explicar – traduzir – inúmeras situações da vida cotidiana. E até, ou principalmente, para reconhecer nos outros, no estrangeiro, um pouco de nós, como quando nos admiramos – por hipótese, improvável que seja, concedo – de um alemão furando o sinal vermelho de madrugada: “Ah, lá também tem jeitinho!”

O que quero dizer é que, por mais que minha família ou outro grupo qualquer de influência (igreja, torcida, colônia alemã etc.) me ensine outros hábitos, talvez eu não tenha, afinal, como escapar de “ser brasileiro” – ou melhor, não possa deixar de incorporar, senão o comportamento em si, ao menos *as categorias e os conceitos pelos quais se julgam hábitos culturais (e nacionais) no Brasil* – os nossos e os dos outros. Ainda que seja para bater no peito e dizer que não sou como meus conterrâneos, e que infelicidade ter nascido num país assim, e que meu lugar é na Europa, e que “vou-me embora pra Pasárgada” – embora no poema de Bandeira, ironicamente, o narrador anuncie estar indo pra Pasárgada porque “lá sou [é] amigo do rei”, bem ao gosto do nosso jeitinho...

Assim, como corolário e voltando à analogia pretendida, pode-se pensar que é impossível, nascendo e crescendo aqui, escapar à “língua brasileira” – e, por consequência, ao nosso suposto estilo “poético” (Pasolini) de jogar futebol. Um estilo ao qual, entre nós e mundo afora, se associam – para pegar uma polêmica recente – dois jogadores tão diferentes, em termos de origens sociais e geográficas, e mesmo de “sotaque” (tanto faz se futebolístico ou lingüístico), quanto Kaká e Ronaldinho Gaúcho. Discute-se, aliás como em outras passagens da história da Seleção envolvendo outros jogadores não menos marcantes, se representarão juntos o Brasil na África do Sul, ou se haverá lugar para apenas um deles na enésima encenação do mito desse futebol “único”, dessa “língua própria”.

Aqui, e remetendo-nos uma última vez a Braudel, entende-se que o tempo individual (o “momento” dos dois jogadores, seu sucesso ou insucesso nos quatro anos de preparação para a Copa), o tempo das conjunturas (um período, como vimos, iniciado em 1994, quando o atual técnico da Seleção, então capitão de um time “eficiente”, levantou a taça depois de 24 anos de jejum) e a estrutura que dá sustentação a essa história mítica (o Brasil, como maior vencedor do esporte, sempre há de ter em campo os melhores – e serão eles, *a seu modo*, a encarnar o “estilo brasileiro”) se entrelaçam inexoravelmente, a ponto de um gaúcho católico de família pobre e futebol acrobático ser tão brasileiro, em campo, quanto um brasiliense/paulistano evangélico de classe média e dribles talvez menos “poéticos”, mas de cuja “eficiência” se vale a Seleção Brasileira para manter a sina de vencedora. Pensando bem, desde os tempos de Pelé.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M., STUBBS, M. & GAGNÉ, G. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BASNETT, S. "Culture and translation" in KUHIWCZAK, P. & LITTAU, K. (org.) *A Companion to Translation Studies*. Clevedon, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters Ltd., 2007.
- BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRAUDEL, F. "A longa duração" in *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- BURKE, P. & HSIA, R.P. (org.) *Cultural Translation in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CALVET, L-J. *Sociolingüística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CASTRO, R. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- COUTO, J.G. "Faz de conta". *Folha de S. Paulo*, 13/junho/2009a, p.D6.
- FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LE GOFF, Jacques. "História"; "Memória" e "Documento / Monumento" in *Enciclopédia Einaudi Memória-História*. Campinas: Unicamp, 1990.
- MÁXIMO, J. & KAZ, L. *Brasil arte e magia: um século de futebol*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006.
- SCHWARTZ, C. "Por que somos tão diferentes – e tão iguais?" *Gazeta do Povo*, Caderno G Idéias, 20/fev/2010, p.3.
- VOGEL, A. "O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional" in *Universo do Futebol*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.
- WISNIK, J.M. *Veneno remédio: o Brasil e o futebol*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.